

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VI – Nº 1.168 – BRASÍLIA, QUARTA-FEIRA, 27 DE SETEMBRO DE 2000



Gastos da União com aposentadoria crescem menos após reformas

Conforme o projeto de Orçamento, deve haver no próximo ano aumento de 10% nos gastos com inativos e pensionistas. O percentual é inferior ao crescimento de 17,78% de recursos para servidores da ativa



O Congresso Nacional deve votar ainda este ano, antes do término da sessão legislativa, o projeto de Orçamento da União para 2001

As reformas administrativa e previdenciária provocaram nos últimos anos crescimento menor nos recursos para o pagamento de inativos e pensionistas. No projeto de Orçamento da União para 2001, verbas com essa destinação devem ter aumento de 10%. O percentual, entretanto, é inferior ao crescimento de 17,78% dos gastos previstos para os servidores da ativa. Atualmente há 920,9 mil inativos e 956,3 mil servidores em atuação no serviço público.

PÁGINA 3

Voto de pesar pela morte de Baden Powell



Baden Powell morreu ontem, aos 63 anos, no Rio de Janeiro

Os senadores Eduardo Suplicy e Lauro Campos apresentaram requerimento de pesar pela morte, ocorrida ontem de manhã, do violonista Baden Powell. Suplicy lembrou o estilo inconfundível do músico e sua fidelidade às raízes da música brasileira.

PÁGINA 3

Documento de identidade poderá indicar alérgicos

PÁGINA 4



Eduardo Suplicy apelou ao presidente do Senado para votar o quanto antes o requerimento



O ministro Luiz Felipe Lampreia será convocado se o Plenário aprovar requerimento

Suplicy quer explicações sobre ajuda brasileira a Montesinos

O senador Eduardo Suplicy pretende que o ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia, esclareça a atuação do Brasil em favor do ex-chefe do Serviço Secreto do Peru, Wladimir Montesinos.

PÁGINA 3

O QUE DIZ A LEGISLAÇÃO

Projeto de Jefferson Péres troca ramo de fumo pelo de guaraná, planta típica da região amazônica



A Lei nº 5.700, de 1º de setembro de 1971, determina que nas Armas Nacionais "[...] uma estrela de prata figurará sobre uma coroa formada de um ramo de café frutificado, à direita, e de outro de fumo florido, à esquerda [...]"

O nome guaraná vem do tupi wara'ná, que significa "grande cipó da floresta amazônica". A origem da fruta é a região de Maués, município do estado do Amazonas, que concentra 90% da produção brasileira.



RAMO DO GUARANÁ NAS ARMAS NACIONAIS

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania votará projeto que substitui o ramo de fumo pelo de guaraná na representação das Armas Nacionais. A mudança é necessária devido às descobertas sobre os males que o fumo provoca à saúde humana, justifica Jefferson Péres.

PÁGINA 4

CAS analisa uso do FGTS com gasto escolar

PÁGINA 2



Casildo Maldaner

CAS analisa uso do FGTS no pagamento de escolas

Maldaner, autor do projeto, lembra que trabalhador de baixa renda e seus dependentes não conseguem arcar com custos das mensalidades

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) deve votar em outubro projeto de lei do senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) que permite ao trabalhador usar o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para pagamento de mensalidade escolar, no ensino médio e superior. A proposta abrange também os dependentes do trabalhador, e o FGTS poderá também ser usado para saldar dívidas do programa de crédito educativo.

Casildo Maldaner acha que o projeto atende à exigência constitucional de que a educação é direito de todos e dever do Estado. Além disso, a ampliação do acesso à educação motiva muito mais o trabalha-



Maldaner: projeto cria mais uma opção para o trabalhador sem acesso à universidade pública

dor do que a permissão para investir, por exemplo, no mercado de capitais, conforme determina a lei.

Para o senador, o trabalhador de baixa renda e seus dependentes

não conseguem arcar com os custos das mensalidades, o que provoca a evasão escolar. Conforme lembrou, o projeto tem a finalidade de fortalecer o ensino privado, como forma de ser uma opção para as famílias mais pobres, "já que as vagas na universidade pública são ocupadas, em sua grande maioria, pela elite econômica".

— Caso a proposta seja acolhida pela Comissão de Assuntos Sociais, sairiam ganhando, além dos trabalhadores e de suas famílias, as empresas e o país — disse Casildo Maldaner, para quem a educação continua ser o melhor caminho para que as desigualdades sociais sejam diminuídas.

CCJ examina contribuição destinada a financiar a inovação tecnológica

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) deve apreciar, em sua próxima reunião, projeto da Câmara que institui contribuição de intervenção de domínio econômico, destinada a financiar o Programa de Estímulo à Interação Universidade-Empresa para Apoio à Inovação Tecnológica. Relator da matéria na CCJ, o senador José Fogaça (PMDB-RS) é favorável à criação do tributo, a ser recolhido pelas empresas detentoras de licença de uso ou adquirentes de conhecimentos tecnológicos.

De autoria do Poder Executivo, a proposta tem o objetivo de estimular o desenvolvimento tecnológico no país, a partir do financiamento de programas de pesquisa científica e tecnológica realizados em parceria entre universidades, centros de pesquisa e setor produtivo. Empresas signatárias de contratos que envolvam transferência de tecnologia, fir-

mados com residentes ou domiciliados no exterior, também vão pagar essa contribuição, que irá compor o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT).

A alíquota da contribuição será fixada em 10%, cabendo à Secretaria de Receita Federal administrar e fiscalizar o novo tributo. Do total de recursos arrecadados pelo FNDCT, cerca de 30%, no mínimo, deverão ser aplicados em programas de fomento à capacitação tecnológica e ao amparo à pesquisa científica e ao desenvolvimento tecnológico nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

As atividades vinculadas ao Programa de Estímulo à Interação Universidade-Empresa vão ser coordena-



Fogaça, em seu parecer, recupera artigo suprimido na Câmara dos Deputados

nadas por um comitê gestor, a ser instituído pelo Ministério da Ciência e Tecnologia. O organismo irá contar com representantes de diversos órgãos governamentais e terá a missão de definir as diretrizes gerais e o plano anual de investimentos, acompanhar a implementação de ações e avaliar anualmente os resultados alcançados.

Em seu parecer, Fogaça mantém o texto original, recuperando inclusive, por meio de emenda, artigo suprimido na votação da matéria na Câmara. Tal dispositivo reduz de 25% para 15% a incidência do Imposto de Renda na Fonte sobre os valores remetidos para o exterior a título de pagamento de serviços e assistência técnica.

Lobão propõe imposto para melhorar rodovias e preservar ambiente

Preocupado com a deterioração da malha rodoviária brasileira e suas conseqüências, como elevação dos custos do transporte, do número de acidentes e de mortes nas estradas, o senador Edison Lobão (PFL-MA) apresentou proposta de emenda constitucional para criar um imposto específico sobre lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos. A proposta, segundo o senador, vai proporcionar maiores investimentos para a melhoria das rodovias e a preservação do meio ambiente.

A matéria está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), para inclusão na pauta de votação. Relator da proposta, o senador Bernardo Cabral (PFL-AM) já deu parecer favorável à PEC, apresentando três emendas de redação visando ao aprimoramento do texto original.

Na defesa de sua emenda constitucional, o senador Edison Lobão reconhece que "a instituição de impostos não constitui uma ação prazerosa do legislador". Mas, para o parlamentar, dois problemas vêm preocupando de maneira crescente a sociedade brasileira e precisam de uma solução: a deterioração da malha viária do país e o crescente comprometimento do meio ambiente e dos recursos naturais renováveis.

— As conseqüências, bem o sabemos, são trágicas e se resumem no aumento do custo do transpor-



Edison Lobão alertou para o elevado custo da deterioração da malha rodoviária

te, principalmente o de carga, e no crescente número de acidentes com milhares de mortes, sem esquecer o elevado comprometimento de verbas destinadas à saúde com o tratamento de mais de três centenas de milhares de feridos a cada ano — destacou Lobão.

O senador propõe destinar parte da receita desse novo imposto à preservação do meio ambiente. O imposto seria criado pela inclusão de um inciso (VIII) e um parágrafo (6º) no artigo 153 da Constituição federal. E suas receitas seriam vinculadas, na base de 50% para obras no sistema viário nacional e outros 50% para a preservação do meio ambiente e dos recursos naturais renováveis. Na distribuição desses recursos, Lobão propõe que a União fique com 60% da arrecadação, os estados e o Distrito Federal com 25% e os municípios com 15% da receita.



AGENDA

QUARTA-FEIRA, 27 DE SETEMBRO DE 2000

PLENÁRIO
14h30 — Sessão não deliberativa
ESPECIAL
12h — Cultura ao Meio-Dia Filme: Ação entre amigos, de Beto Brant. Auditório Petrólio Portella

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150
Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327

Editor-Chefe: Edson de Almeida
Editores: Djalba Lima, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva, Sylvio Costa e Sylvio Guedes
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miquéas Dantas de Moraes
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Reformas fazem governo gastar menos com inativos

Proposta do Orçamento para 2001 inclui um crescimento de 10% na conta de servidores públicos aposentados e pensionistas, como consequência das mudanças nas áreas administrativa e previdenciária

Desde as reformas administrativa e da previdência social, os gastos da União com inativos e pensionistas têm crescido menos. No Orçamento para 2001, o Ministério do

Planejamento projeta um aumento de 10% nesta conta, que passará de R\$ 23,73 bilhões neste ano para R\$ 26,12 bilhões. É um percentual bem abaixo dos 17,78% de crescimento dos gastos com servidores da ativa (basicamente consequência de reajustes isolados de algumas carreiras).

A conta dos inativos é alta porque o número deles também é elevado, ficando muito perto do to-



tal de servidores em atividade. Existem 920,9 mil inativos e 956,3 mil funcionários em serviço. Além disso, por lei, qualquer aumento para funcionários da ativa deve ser repassa-

do aos inativos. No projeto orçamentário de 2001 enviado ao Congresso, o presidente da República afirma que a reforma administrativa, ao permitir a contratação de servidores pela CLT, vislumbra a longo prazo uma redução nas verbas destinadas ao pagamento de aposentados.

A análise do número de ativos e inativos federais desde 1995 mostra uma situação curiosa: o nú-

mero de servidores em trabalho, que era de um milhão, caiu 6,5% em quatro anos. Já o medo da reforma da Previdência fez aumentar em 15% o número de funcionários que pediram aposentadoria de 95 a 99. Como até recentemente os servidores levavam para a aposentadoria o último salário acrescido de uma promoção final, a conta de inativos subiu rapidamente. Só agora aparecem os primeiros sinais de que os gastos com inativos diminuí seu ritmo.

Dentro do Orçamento 2001, a conta dos inativos e pensionistas representa 16,7% de todos os gastos federais, excluindo transferências constitucionais para estados e municípios e gastos com a Pre-

vidência Social (INSS). A verba para pagamento de servidores da ativa fica com 21,38%. Somando ativos e aposentados, eles custam ao Tesouro federal 38% das receitas da União (fora Previdência e transferências constitucionais). Os gastos com juros líquidos, de R\$ 45,4 bilhões, representam 29% das mesmas receitas federais.

SALÁRIO MÉDIO

Dos 920,9 mil aposentados, pensionistas e inativos federais, 880 mil são ligados ao Executivo, 20,3 mil ao Judiciário e 12,3 mil ao Legislativo. O salário médio mensal dos servidores inativos deve ficar neste ano em R\$ 2.148,00, caso não haja alterações significativas no número de beneficiários. Em

relação aos ativos, o salário médio deve fechar o ano 2000 em R\$ 2.474,00.

O Orçamento para 2001 conta com uma receita condicionada de R\$ 1,4 bilhão, a ser obtida pela cobrança de previdência social dos aposentados, que hoje nada pagam (a contribuição dos ativos é de 11% sobre todo o salário). O relator-geral do Orçamento, senador Amir Lando (PMDB-RO), considerou em entrevista à imprensa "um absurdo" o governo contar com esta receita, pois dificilmente a emenda constitucional será aprovada a tempo. Além disso, o relator-geral tem dúvidas sobre a cobrança, "pois se trata de um assunto muito polêmico".

Suplicy quer explicações sobre ajuda brasileira a Wladimir Montesinos

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) apresentou requerimento de convocação do ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia, para prestar esclarecimentos ao Senado sobre as razões que levaram o governo brasileiro a articular a concessão de asilo territorial, no Panamá, ao ex-chefe do Serviço Secreto do Peru, Wladimir Montesinos.

Ele fez um apelo ao presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, para colocar o requerimento em votação na primeira sessão deliberativa do Senado depois das eleições municipais, em 10 de outubro, e para garantir a vinda do ministro dentro do prazo regimental de 30 dias.

Montesinos foi flagrado "comprando" por US\$ 15 mil a adesão de um deputado da oposição peruana ao governo do presidente Alberto Fujimori. "Esse fato nos ofende a todos que defendemos a democracia, ofende a todos que tanto têm lutado pela democracia nas Américas", declarou. A negociação, documentada em fita de vídeo e divulgada internacionalmente, provocou a fuga de Montesinos e fez Fujimori anunciar a realização de eleições gerais no Peru.

O senador quer saber o que teria levado o presidente Fernando Henrique Cardoso a interceder em favor de Montesinos. "Será que o presidente considera normal a compra de votos de um deputado?", perguntou. Suplicy julgou imprescindível que Lampreia venha ao Senado, em breve, para esclarecer a posição do Brasil, "que foi peça fundamental na decisão do Panamá, de conceder asilo a Montesinos", disse.

Suplicy disse que a crise peruana se deve, em boa parte, à decisão do presidente Alberto Fujimori de concorrer a um terceiro mandato. Ele lamentou que o Brasil tenha aprovado a reeleição, que nunca fez parte das tradições republicanas do país, e defendeu a votação pelo Congresso o mais rápido possível das propostas de emenda constitucional que acabam com o instituto. "A reeleição é uma porta aberta para o abuso do poder" afirmou.

"Será que o presidente considera normal a compra de votos de um deputado?", questiona Suplicy



Parlamentar prevê eleição de Marta Suplicy em primeiro turno

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) previu que a ex-deputada Marta Suplicy será eleita prefeita de São Paulo no primeiro turno, no próximo dia 1º. Ele observou que a candidata está com 35% das intenções de votos e que precisa conquistar mais 15% até o próximo domingo para vencer no primeiro turno.

Suplicy destacou, entre as principais propostas da candidata, a implementação do orçamento participativo e a criação de programas de fomento a pequenos empreendedores, como o banco do povo, e de garantia de renda mínima, como o bolsa-escola. Também fazem parte do programa da

candidata a criação de subprefeituras na periferia e o atendimento prioritário a crianças e adolescentes, especialmente a jovens das regiões mais pobres da cidade.

A importância das eleições municipais também foi ressaltada pelo senador, que recordou a suspensão do processo eleitoral em capitais e cidades consideradas áreas de segurança nacional, no período de 1964 a 1985, para manifestar sua satisfação com a realização desse pleito. "É importante para a participação popular, para a cidadania", afirmou.

O senador disse acreditar que o PT "dará um salto", este ano, dobrando o número de candidatos eleitos em função da consistência das proposições do partido. Além de São Paulo, segundo Suplicy, o Partido dos Trabalhadores (PT) tem fortes chances de ganhar em outras capitais, como Aracaju, Belém, Rio de Janeiro e Belo Horizonte (com coligação).

Eduardo Suplicy elogiou ainda iniciativa do senador Lauro Campos (PT-DF) de doar para o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra fazenda de propriedade da família, em Minas Gerais. Para Suplicy, trata-se de um exemplo para os brasileiros.



Lauro Campos destacou que Baden Powell era admirado por músicos de todo o mundo

No Plenário, voto de pesar pela morte de Baden Powell

Os senadores Eduardo Suplicy (PT-SP) e Lauro Campos (PT-DF) apresentaram, ontem, requerimento de voto de pesar pela morte do músico carioca Baden Powell, de 63 anos, falecido pela manhã, de infecção pulmonar, no Rio de Janeiro. O violonista foi parceiro de Vinícius de Moraes e de outros compositores ligados à Bossa Nova, e era admirado por músicos de todo o mundo, destacou Lauro.

Eduardo Suplicy lembrou o estilo inconfundível do violonista e salientou que Powell se manteve fiel às suas raízes e à música brasileira, mesmo com seu talento reconhecido no exterior, tendo tocado com grandes nomes do jazz. Baden Powell, que era diabético, estava internado há 65 dias, acometido de pneumonia.

CCJ vota substituição do tabaco nas Armas Nacionais

Projeto de Jefferson Péres será examinado em caráter terminativo pela comissão. Objetivo é a troca do ramo de fumo, que passou a ser combatido pelos males causados à saúde, por um de guaraná

Museu do Senado realiza ciclo de conferências

O 1º Ciclo de Conferências do Museu do Senado será aberto amanhã, às 15h30, na sala 6 das comissões (*Ala Senador Nilo Coelho*). A primeira conferência estará a cargo da professora Theresa Catharina de Góes Campos, que falará sobre *Ética*

e *Política na Evolução Histórica das Comunicações*. O objetivo é promover a reflexão crítica sobre os valores éticos e políticos no processo de evolução histórica nos meios de comunicação, desde a Pré-História aos dias atuais.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h30 — *Debate* — O cientista político David Fleischer e o jornalista Tales Faria falam sobre eleições municipais
7h30 — *Entrevista* — Senador Ribamar Figueiredo fala sobre o combate à violência
8h — *Jornal do Senado*
8h30 — *TV Escala* — A Idade do Brasil — O Caldeirão
9h — *Série Fortes* — Forte de Copacabana
9h30 — *Entrevista* — Marcelo Granja, diretor da Divisão de Educação do Trânsito, fala sobre as aulas de trânsito
10h — *SBPC* — Gênero, conflito e cidadania
11h — *Entrevista* — O médico e escritor Lair Ribeiro fala sobre a qualidade de vida
12h — *Série Fortes* — Forte de Copacabana
12h30 — *Entrevista* — Senador Ribamar Figueiredo fala sobre o combate à violência
13h — *Cores do Brasil* — Pernambuco
13h30 — *Debate* — Eleições municipais
14h30 — Sessão Plenária (ao vivo)
18h30 — *Entrevista* — Marcelo Granja, diretor da Divisão de Educação do Trânsito
19h — *Cores do Brasil* — São Luís do Maranhão

19h30 — *Debate* — Eleições municipais
20h30 — *Entrevista* — Senador Ribamar Figueiredo fala sobre o combate à violência
21h — *Jornal do Senado*
21h30 — Sessão Plenária (reapresentação)

RÁDIO SENADO

HOJE

8h — *Agenda Senado*
Em seguida — Música e informação
14h30 — Sessão Plenária do Senado (vivo)
Em seguida — Música e informação
19h — *A Voz do Brasil*
Em seguida — Música e informação
20h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Nordeste
Em seguida — Música e informação
21h — *Senado em Linha Direta* — Edição Norte/Centro-Oeste
Em seguida — Música e informação
21h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Sul/Sudeste
Em seguida — Música e informação
0h — Sessão Plenária do Senado (reprise)
Em seguida — Música e informação

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal



COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica:

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 Hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC/MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-5
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: 0800 - 155700

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo:

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

Equipamentos necessários:

- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
- Receptor ABR 200, ComStream
- LBN DRO ComStream
- 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC, 1,11465600, 256000,0 FD 1,17,1,7

Um ramo de guaraná poderá substituir o ramo de fumo na representação das Armas Nacionais, se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprovar projeto do senador Jefferson Péres (PDT-AM) que está em exame em caráter terminativo.

O senador lembra, na justificativa do projeto, que dom Pedro I incluiu o ramo de tabaco nos símbolos nacionais pela importância do produto, juntamente com o café, para a economia da nação recém-independente. No entanto, observa, desde os anos 60 o fumo tem sido alvo de campanhas por



Jefferson Péres lembra importância medicinal do guaraná

parte de governos.

Jefferson argumenta que a pesada tributação sobre derivados do tabaco não compensa a geração de receita, pois os gastos decorrentes de doenças provocadas pelo fumo atingem 2,2% do PIB (cerca de R\$ 20 bilhões ao ano). Segundo ele, em 1997 o Sistema Único de Saúde gastou R\$ 925 milhões só com o tratamento dos três principais grupos de doenças associadas ao tabaco. Isso sem falar nos gastos previdenciários decorrentes do tabagismo, estimados em R\$ 2,7 bilhões ao ano.

O senador informa que o gover-

no arrecada em impostos sobre o tabaco pouco mais de R\$ 2 bilhões por ano, e cerca de R\$ 1 bilhão em divisas de exportação. "Mesmo que se baseasse apenas no orçamento, o que seria absurdo, não se justificaria tanto dispêndio com saúde e previdência para tão ínfimos ingressos financeiros resultantes da comercialização do tabaco", afirma.

Jefferson destaca que seu projeto prevê a substituição do ramo de fumo por "um produto de reconhecida importância medicinal, energética e, acima de tudo, simbólica, por dar substrato a uma bebida tipicamente brasileira, originária de uma região naturalmente rica, mas empobrecida pela ausência de políticas de desenvolvimento".

Sebastião Rocha propõe fundo para modernizar a cultura da castanha do Brasil

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) votará em uma de suas próximas reuniões projeto do senador Sebastião Rocha (PDT-AP) que autoriza o Executivo a criar o Fundo de Apoio à Cultura da Castanha do Brasil (Funcab). O novo órgão, de acordo com a proposta, tem por finalidade desenvolver, modernizar, apoiar e expandir a exploração do produto que é conhecido popularmente como castanha-do-pará, bem como de seus derivados.

A iniciativa de Sebastião Rocha objetiva também apoiar ações destinadas a preservar os castanhais,

realizar pesquisas e estudos visando expandir a produção e a comercialização, além de garantir a difusão de novas técnicas de produção da castanha, por intermédio do treinamento da mão-de-obra nas diversas áreas de cultivo.

O senador afirma, na justificativa do projeto, que a castanha do Brasil é apreciada pelo sabor e pelo valor nutritivo. Além disso, a exploração do produto tem papel fundamental na orga-



Sebastião Rocha destaca aceitação da castanha no exterior

nização sócio-econômica das grandes áreas extrativistas da Floresta Amazônica, representando, a seu ver, a alternativa de subsistência das populações ali existentes.

— A aceitação da castanha do Brasil já conquistou o mercado externo. Sua posição na pauta de exportação dos estados produtores está em franca ascensão. Somente este ano, o país lucrou US\$ 7,5 milhões — informa Rocha.

Carteira de identidade poderá informar condição de alérgico do portador

Está pronto para ser votado, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, projeto do senador Tião Viana (PT-AC) que obriga a gravação da condição de alérgico no documento de identidade dos portadores desse mal. A gravação será obrigatória em todo o território nacional, devendo começar a ser feita pelos órgãos de identificação civil 90 dias depois da publicação da lei.

De acordo com o projeto, o alérgico portador de carteira de iden-



Tião Viana: gravação na identidade pode salvar vidas

tidade emitida até a data da lei poderá requerer a gravação em seu documento junto ao órgão oficial de identificação civil.

Na justificativa da proposta, o senador, que é médico, argumenta que o registro da condição de alérgico na carteira de identidade constitui medida importante nas situações em que o doente necessita de assistência médica de urgência ou se encontra inconsciente ou impossibilitado de informar essa condição. "Isso não apenas

facilita a atuação das equipes de saúde encarregadas da assistência ao alérgico, como pode salvar sua vida", diz.

Tião Viana acrescenta que, além de propiciar mais segurança ao profissional assistente e ao paciente com risco de reação anafilática, a gravação da informação na identidade induziria todos os serviços de pronto atendimento a oferecer uma estrutura mínima de reanimação cardiopulmonar ao paciente alérgico. Na sua avaliação, a medida contribuiria para uma melhor qualidade de vida e de assistência aos mais de 30 milhões de brasileiros que sofrem de alergia.